

MARCAS INTERTEXTUAIS EM NOTÍCIAS SOBRE SITUAÇÃO DE RUA NO RIO GRANDE DO SUL

Décio Bessa¹
Samara Oliveira²

RESUMO

A desigualdade social nos circunda; pelas ruas das capitais, grandes metrópoles, e até mesmo em cidades de médio e pequeno porte é possível notar a presença de cidadãos e de cidadãs em situação de rua. São, muitas vezes, vistos por meio de estigmas, identificados equivocadamente como “moradores de rua” e denominados: “pedintes”, “vagabundos”, “andarilhos”, “perigosos” – marcas pejorativas. Além da utilização de itens lexicais inadequados, ocorre também a disseminação do preconceito social por meio da linguagem, pois linguagem e sociedade estão intrinsicamente ligadas. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é investigar marcas intertextuais presentes em notícias sobre pessoas em situação de rua no Rio Grande do Sul para melhor compreender o respectivo tratamento discursivo. Assim, a pesquisa fundamenta-se teórico-metodologicamente em uma abordagem da Análise de Discurso Crítica, a de Fairclough (trad. 2001, 2003), que considera que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, dialeticamente interligada com outros elementos da vida social. Para tratar sobre a “situação de rua”, serão utilizados principalmente os trabalhos: de Silva (2006), da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC (2012) e do MDS (2008). Duas notícias de dois jornais de grande circulação do Rio Grande do Sul (*Zero Hora* e *Correio do Povo*) compõem o *corpus* deste trabalho. Os resultados apontam a necessária preocupação com a falha na implantação de políticas públicas, com o aumento do número de cidadãos e cidadãs em situação de rua. Também foi possível perceber que o espaço de voz foi garantido nas notícias, embora haja apagamento do nome ou classificação como “morador de rua”. Embora a ideia de invasores de espaço público tenha aparecido discursivamente em fala de um prefeito, as notícias também destacaram o papel ativo dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua ao reivindicarem seus direitos.

Palavras-chave: discurso; situação de rua; Rio Grande do Sul; intertextualidade; notícia.

INTRODUÇÃO

Ao andar pelas ruas, principalmente nos centros das capitais, pode-se notar o quanto a desigualdade social faz parte do cotidiano. Buarque (1993) expõe que desigualdade social se tornou algo comum. Um exemplo, dado pelo autor, é que hoje em dia podem-se notar crianças, jovens e

¹ Doutor em Linguística, Professor da Universidade do Estado da Bahia, *Campus X*, Teixeira de Freitas. E-mail: decioBessa@yahoo.com.br

² Discente do curso de Letras/Inglês da Universidade do Estado da Bahia, *Campus X*, Teixeira de Freitas. Pesquisa financiada pelo CNPq/PIBIC. E-mail: mara_oliveira_09@hotmail.com.



adultos pedindo nas ruas, trabalhando como cuidadores de carro nos estacionamentos, além das pessoas que estão em situação de rua. Buarque (1993) ainda expõe que um fator que leva à desigualdade social é a ruptura social, que consiste na construção de dois mundos.

Nessa construção, os pobres têm vidas totalmente diferentes dos ricos, seja pela separação em relação a cidades ou bairros, ou pelos condomínios de luxo (em que se tem tudo dentro deles), e até mesmo a diferenciação entre raças (BUARQUE, 1993). Essa desigualdade é um dos motivos que leva cidadãos e cidadãs a estarem em situação de rua. Denominar essas pessoas de “moradores de rua” acaba reforçando a ideia de que essa situação é fixa, difícil de reverter. Assim como denominar de “mendigos”, “vagabundos”, “desocupados”, entre outros itens lexicais, acaba propagando um discurso preconceituoso, que também prejudica a imagem social das pessoas que por algum motivo utilizam os logradouros públicos e/ou áreas degradadas como espaço de moradia e sustento (MDS, 2008).

Dessa forma, nota-se o quanto a linguagem pode afetar diretamente a sociedade. Por essa razão, essa pesquisa utilizará como referencial teórico a abordagem dialético-relacional de Fairclough (trad. 2001, 2003) sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC). Segundo Fairclough (2003), a sua perspectiva é baseada na tese de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social e interligada a outros elementos da vida social. Sendo assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar marcas intertextuais presentes em notícias de jornais mais divulgados do Rio Grande do Sul: *Zero Hora* e *Correio do Povo*.

SITUAÇÃO DE RUA

A situação de rua ocorre devido ao aumento da desigualdade social e da pobreza para determinadas pessoas, é decorrente de um processo social relacionado à acumulação capitalista (SILVA, 2006). Os principais motivos que levam pessoas a estarem nessa condição são: a quebra/fragilidade de vínculo social e familiar; o desemprego; a imigração para municípios maiores em busca de uma vida melhor; o uso de drogas lícitas ou ilícitas, entre outros fatores (MDS, 2008; Silva, 2006). É impreciso afirmar em relação ao Brasil, de acordo com Silva, um momento exato que marcar o início da existência de pessoas em situação de rua, fato que ocorre na Europa quando surgem as cidades pré-industriais. A autora expõe que, no Brasil, as pesquisas sobre as pessoas em

situação de rua surgem a partir da segunda metade da década de 90. Período que se observou uma expansão da situação de rua em nosso país e no mundo. Segundo Silva (2006, p. 81), essa expansão aconteceu:

[...] particularmente em sua forma *flutuante*, devido à redução de postos de trabalho na indústria; *estagnada*, em decorrência do crescimento do trabalho precarizado, e do *pauperismo* (sobretudo a parte constituída dos indivíduos aptos ao trabalho, mas não absorvidos pelo mercado), o que ajuda a explicar a expansão do fenômeno população em situação de rua.

Dessa forma, evidenciou-se, nesse período, a problemática vivida por cidadãos e por cidadãs em situação rua. Essas pessoas são denominadas de “malandros”, “coitados”, “desocupados”, “pedintes”, “carentes”, “mendigos”, “vagabundos”, “moradores de rua” etc. Esses termos reforçam o preconceito social para essa situação. Silva (2006) comenta que esses itens lexicais criam uma ideia de “estilo de vida”, tirando, assim, a responsabilidade da sociedade – realidade vinculada ao pensamento da sociedade capitalista.

Formas mais apropriadas de designação seriam: “cidadãos/cidadãs em situação de rua”; “pessoas em situação de rua”, pois relacionam-se à ideia de algo provisório, uma situação, uma situação de rua. Vê-se, então, que o termo mais utilizado “morador de rua” envolve a ideia de algo fixo, dificilmente reversível, além do contrassenso de uma pessoa “morar” na “rua”. “Pessoa em situação de rua” é a forma utilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MSD), que realizou uma pesquisa em 2008, sobre cidadãos e sobre cidadãs que se encontram nessa condição no Brasil. Segundo o MDS (2008, p. 03), a população em situação de rua é um:

[...] grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função de que as pessoas que o constituem fazem dos logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos) e das áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias.

Ao tratar da capital do Rio Grande do Sul, estado da Federação envolvido neste trabalho, observou-se que Porto Alegre realizou quatro pesquisas entre os anos de 1994 a 2011. Elas foram realizadas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nota-se que ocorreu um aumento significativo do número de pessoas em situação rua. Em 1995, foram constatadas 302 pessoas; em 1999, 427 pessoas; em 2008, 1.203 pessoas; e, em 2012, 1.347 pessoas. Desse modo, observa-se

que, em 17 anos, ocorreu um aumento de 1.045 pessoas em situação de rua em Porto Alegre, quase 450%. Também foi constatado que houve um aumento da população masculina, passando de 77%, em 1995, para 82 %, em 2012; além de uma mudança na faixa etária predominante, estando, em 1995, de 29 a 45 anos; e, em 2012, de 25 a 34 anos. Em relação ao tempo de permanência em situação de rua, em 1995, a predominância era de pessoas com até 1 ano na rua – 27,47%; em 2012, a predominância era entre 1 a 5 anos – 29,7%.

Outro ponto relevante a ser destacado é em relação à origem dessas cidadãs e desses cidadãos. Conforme a pesquisa de 2012, 59% são da própria capital (sendo 49% de Porto Alegre e 10% da Região Metropolitana), 31% do Interior e 10% de outros lugares. Dessa forma, pode-se notar que Porto Alegre demonstra que era um equívoco pensar que a maiorias dessas pessoas em situação de rua eram provenientes de outros estados. Vale ressaltar que está sendo realizada uma pesquisa que teve início em 26 de janeiro de 2016, em que a estimativa da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) é exista, em 2016, 3 mil pessoas em situação de rua em Porto Alegre.

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é um paradigma/programa de pesquisa em Linguística Aplicada que se propõe analisar a relação entre sociedade e linguagem. Gunther Kress, Teo van Leeuwen, Teun van Dijk, Ruth Wodak, e Norman Fairclough são nomes que constam em sua gênese. Esta pesquisa é embasada na abordagem de Fairclough (trad. 2001, 2003). A contribuição de Fairclough para a ADC inicia-se mais fortemente com a publicação do livro *Language and power*, em 1989. Nele, o autor traz discussões teóricas sobre o discurso em relação à prática social, poder, senso comum, ideologia. Em 1992 (trad. 2001), o autor publica o livro *Discourse and social chance*, onde desenvolve uma concepção tridimensional do discurso. Para Fairclough (2001, p. 100) a concepção tridimensional do discurso “É uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise de discurso”: o texto, a prática discursiva e a prática social são a tradição de análise textual e linguística.

Segundo Fairclough (2001, p. 89), a sua abordagem reúne “a análise de discurso orientada linguisticamente, o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem”. Dessa

forma, a ADC efetua pesquisa textualmente orientada, suas análises são realizadas a partir de textos. Em 2003, o autor lança o livro *Analysing Discourse*, no qual expõe que a sua abordagem para a ADC é baseado na compreensão de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, dialeticamente interligada com outros elementos da vida social, de modo que a análise social e a pesquisa sempre devem ter em conta a linguagem. Fairclough (2003) ainda reforça que uma maneira produtiva de fazer pesquisas sociais é através de um foco sobre a linguagem, usando alguma forma de análise de discurso.

Em 2001 (tradução) e 2003, Fairclough apresenta categorias analíticas para a investigação em textos. A categoria que será utilizada nessa pesquisa é a intertextualidade. Para Fairclough (2003), a intertextualidade é a presença de outros textos dentro de um texto e essa presença pode aparecer de várias formas, como em relatos diretos, relatos indiretos, na ironia. Dessa forma, ao analisar as marcas intertextuais nas notícias, serão pontuadas as vozes que se fazem presentes ou ausentes, e quais são as ausências significantes, por meio da análise de relatos diretos e indiretos, observando, por exemplo, se as pessoas em situação de rua estão tendo espaço para voz nas notícias ou não.

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de coleta, seleção e análise de textos referente à problemática da situação de rua, presentes em dois jornais de maior circulação do Rio Grande do Sul. Este estado faz divisa com Santa Catarina, ao norte; o oceano Atlântico, ao leste; o Uruguai, ao sul; e a Argentina, a oeste. Segundo o IBGE (2016), tem uma população estimada de 208,641 milhões de habitantes, em uma área territorial de 2.709.522 km².

As notícias foram coletadas nos jornais: *Zero Hora* (ZH), que é o maior jornal do Rio Grande do Sul, fundado em 4 de maio de 1964; e *Correio do Povo* (CP), que foi fundado em outubro de 1895, sendo o jornal mais antigo ainda em circulação em Porto Alegre. A coleta abrangeu os anos de 2011 a 2015, resultando em 128 notícias do ZH e 203 notícias do CP. Após a coleta das notícias, realizaram-se duas separações por temas: a primeira, uma macro classificação constituída por doze tópicos; e, a segunda, uma separação condensada em quatro temas.

Na primeira classificação, identificou-se: 1º – Violência realizada contra uma PSR³; 2º – Assistência à PSR; 3º – Violência realizada por PSR; 4º – PSR como segundo plano da notícia; 5º – Violência realizada a uma PSR por outra PSR; 6º – Curiosidades sobre PSR; 7º – Morte por doença ou motivos sem violência; 8º – Casos de higienização; 9º – PSR como “Herói”; 10º – Acidentes/mortes causados por condições precárias; 11º – Notícias relacionadas ao frio causando mortes ou não; 12º – Outras notícias. E a separação micro resultou em: 1º – Violência; 2º – Mortes; 3º – Assistências e intervenções; e 4º – Notícias variadas.

Após a separação, para este artigo, foi selecionada uma notícia de cada jornal referente à assistência fruto de “políticas públicas”. A escolha se deu ao perceber, nos jornais, uma preocupação com esse tema, sendo coletadas, no ZH, 4 notícias; e no CP, 36 notícias. Apesar das políticas públicas e de ter um órgão específico responsável por elas – a FASC –, ocorreu o aumento do número de pessoas em situação de rua, conforme dados já apresentados. Com a perspectiva da Cedecondh, para a pesquisa de 2016, nos últimos quatro anos pode ter ocorrido um aumento de 1.653 pessoas em situação de rua em Porto Alegre.

As notícias selecionadas foram: ZH – “Novo plano da prefeitura não atende às principais queixas da população de rua” (2015); e CP – “População de rua aumenta em Porto Alegre e políticas públicas falharam, diz FASC” (2015).

ANÁLISE DE DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

As marcas intertextuais em um texto demonstram a presença de outros textos / outras vozes (FAIRCLOUGH, 2003) e as implicações disso são relevantes para a pesquisa social. A notícia 1 “Novo plano da prefeitura não atende às principais queixas da população de rua”, publicada no jornal *Zero Hora*, no dia 24 de junho de 2015, relata o lançamento do programa Atenção Pop Rua em Porto Alegre que ocorreu um dia depois de um seminário em que pessoas em situação de rua expuseram as suas reivindicações.

Ao analisar a intertextualidade nessa notícia, notou-se que a mesma se fez presente por meio de relatos diretos e indiretos. Apareceram as vozes do prefeito de Porto Alegre – José Fortunati; de pessoas em situação de rua; do representante da Secretaria Municipal do Meio

³ Pessoa em situação de rua.

Ambiente (Smam) – Léo Bulling; do secretário dos Direitos Humanos – Luciano Marcantônio; do defensor público federal – Geórgio Endrigo Carneiro da Rosa; e do presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) – Marcelo Soares. Observou-se que somente as pessoas em situação de rua não foram nomeadas.

Quanto aos relatos, o primeiro foi direto, do prefeito José Fortunati expondo sobre a população que será atendida pelo programa Atenção Pop Rua:

Sabemos que essa população é crescente, e com um perfil diferente: há mais famílias, expulsas de suas comunidades pelo tráfico de drogas. Mas, na prática, o plano não deve mudar muito que já é feito em Porto Alegre há alguns anos.

Os relatos seguintes são de pessoas em situação de rua. Ocorrem de duas formas: indireto “[...] muitos deles expuseram problemas [...]” e direto:

Dizem que a Smam não faz remoções, mas, no mesmo dia que fizemos reunião (com a Cedecondh, meses atrás), na mesma hora, teve uma remoção na Praça da Matriz, onde tiraram documentos e remédios das pessoas — disse um dos participantes do evento.

Neste relato direto não fica explícito que o participante é um cidadão em situação de rua, mas é possível pressupor isso, porque o indivíduo refere-se à reunião com a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh); reunião que foi realizada com a população em situação de rua.

Em seguida, aparece o relato direto do secretário dos Direitos Humanos, Luciano Marcantônio, expondo sobre a falha em relação à retirada citada pelo participante:

Eu não sabia que teria aquela ação. É preciso informar a maioria da sociedade, que ainda tem uma ideia diferente sobre a população de rua, e que reclama, que as pessoas não estão ali porque querem. A remoção tem que ficar no passado.

Outro relato direto do prefeito José Fortunati contrapõe, de certa maneira, a fala do secretário dos Direitos Humanos:

A Brigada é mais difícil de articular, porque está em outra instância, mas os outros órgãos já estão trabalhando nisso, e as últimas abordagens estão sendo feitas com o acompanhamento dos Direitos Humanos. Mas não vamos permitir que simplesmente os espaços urbanos sejam tomados.

Em seguida, está o relato direto do defensor público federal, Geórgio Endrigo, expondo sobre os planos habitacionais: “Primeiro, nos disseram que o Demhab não tinha vagas, mas o departamento negou. Entendemos que a falta de moradia dificulta o acesso a outras políticas e ao emprego”. E, depois, consta o relato direto do presidente da FASC, Marcelo Soares, que trata das dificuldades de comunicação entre os setores:

Precisamos fortalecer a rede para superar isso. Mas essas questões (comunicacionais) passam. (O novo plano) é uma provocação, inclusive, para articular os trabalhadores das diferentes áreas. Não é de um dia para o outro.

A notícia 2, “População de rua aumenta em Porto Alegre e políticas públicas falharam, diz Fasc”, publicada no jornal *Correio do Povo*, no dia 16 de maio de 2015, discorre sobre o aumento do número de cidadãos e de cidadãs em situação de rua em Porto Alegre e, por esse motivo, indica que as políticas públicas falharam. Além disso, apresenta a história de uma pessoa em situação de rua.

Marcas intertextuais nessa notícia podem ser verificadas em relatos diretos e indiretos. Apareceram somente duas vozes, a do presidente da FASC, Marcelo Soares, e a de um cidadão em situação de rua, Daniel Silveira. Os primeiros relatos são do presidente da FASC, que expõe razões do aumento do número de pessoas em situação de rua. O relato direto: “Vivemos um caos social. Entramos em ação porque as políticas públicas falharam, mas o nosso desejo é ter todas entrelaçadas para ressocializar essas pessoas”. E, logo em seguida, consta o relato indireto: “A quantidade de pessoas nas ruas está aumentando, conforme Soares, e há escassez, inclusive, de pessoas para atendimento”.

Na segunda parte da notícia, que trata de uma história de um cidadão em situação de rua, observou-se que a construção contém apenas relatos dele dentro na narrativa jornalística. Todos os relatos foram diretos:

Quando eu cheguei na cidade e fui largado sozinho na rua, procurei logo um lugar para me deitar e me proteger do frio. Com o tempo, fui aprendendo a viver dessa forma.

Encontrei ela (cachorra) largada, assim como eu fui, e resolvi cuidar dela. Hoje eu dou o melhor que posso a ela, porque aqui só tem amor.

Comecei a trabalhar em obras e depois em um supermercado. Assim eu fui vivendo e me criei.

Também dava aulas de capoeira, foi o que me salvou das drogas.

Não fiquei sempre na rua, mas acabei voltando para ela, porque isso também se tornou um estilo de vida.

Ao analisar as notícias, notou-se que na notícia 1 as pessoas em situação de rua receberam voz, porém, as mesmas são representadas das formas: classificadas e generalizadas. Outro ponto importante em relação à notícia 1, é perceber a participação ativa desses cidadãos e dessas cidadãs, porque “expuseram”, “questionaram”.

Na notícia 2, só houve a representação de um cidadão em situação de rua, que recebeu

espaço de voz e foi nomeado, um diferencial. Observa-se, também, na notícia 2 uma preocupação com a falha das políticas públicas, e, conseqüentemente, o aumento do número de pessoas em situação de rua.

Notou-se, na notícia 1, um embate discursivo entre o secretário de Direitos Humanos e o prefeito de Porto Alegre. O secretário expõe que não pode haver retiradas, mas o prefeito diz que deve haver retiradas, só que humanizadas. Além disso, o prefeito reproduz um discurso preconceituoso ao afirmar que “[...] não vamos permitir que simplesmente os espaços urbanos sejam tomados”. Assim, ele traz a ideia de que as pessoas em situação de rua estão “invadindo” os lugares públicos; um contraponto com o que expressa o secretário dos Direitos Humanos: “[...] as pessoas não estão ali porque querem. A remoção tem que ficar no passado.”

Na notícia 2, apesar de terem ocorrido pontos positivos, também ocorreram fatos negativos. A segunda parte da notícia, que relata a história de um cidadão em situação de rua, expõe a vida de Daniel Silveira que está nessa condição desde os seus cinco anos de idade. Durante essa parte da notícia, o autor do texto utiliza termos que acabam reafirmando a ideia de que essas pessoas estão nessa situação porque querem, ou que seria algo natural. Isso acontece quando o autor expõe “Com apenas 5 anos, Daniel Silveira se tornou um filho da rua”, “Daniel se casou, teve filhos e diz ter estudado. [...]. Mas a rua continuou sendo o lugar que ele escolheu para viver”.

Nessas afirmações, pode-se observar que o texto nomeia o agente, Daniel Silveira, porém, logo em seguida classifica o mesmo como “um filho da rua”, como se fosse possível a rua conceber uma criança, como se isso pudesse ser natural em nossa sociedade. O reforço dessa concepção também ocorre no uso do item lexical “morador de rua”, como se fosse possível uma pessoa “morar” na “rua”. Na sequência, registra-se que Daniel teve filhos e estudou, porém, que o mesmo escolheu a rua como forma de moradia, provocando a interpretação de que aquela situação sempre foi uma escolha, ou seja, que ele está ali porque simplesmente porque quer. Aliás, a rua “continuou sendo o lugar que ele escolheu para viver” desde os “cinco anos de idade” quando ele foi “abandonado pela mãe” no centro de Porto Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mudanças, ainda que em curso, em Porto Alegre, sobre as “retiradas” – que estariam

sendo acompanhadas pelos Direitos Humanos. Isso não acontece em algumas cidades, conforme, por exemplo, o estudo de Rosa (2005) – ela aborda as remoções violentas ocorridas em São Paulo. Conclui-se que as pessoas em situação de rua começam a ter mais voz em notícias e destacam seus papéis de agentes, pois “reivindicam” e “cobram” seus direitos. Apesar desses avanços, ocorre a propagação de discursos que naturalizam a situação de rua, expondo que as pessoas em situação de rua estão nessa condição porque querem, influenciando, assim, o refluir de ações e de responsabilidade dos governantes, bem como dos demais integrantes da sociedade. O equívoco social de que esses cidadãos e essas cidadãs estão simplesmente “tomando” os espaços ainda precisa ser compreendido por políticos e pela sociedade.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, Cristóvam. **O que é apartheid: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos)

CORREIO DO POVO. **População de rua aumenta em Porto Alegre e políticas públicas falharam, diz Fasc**. 2015. Disponível em:

<<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/556570/Populacao-de-rua-aumenta-em-Porto-Alegre-e-politicas-publicas-falharam,-diz-Fasc>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil de estados: Rio Grande do Sul**. 2016. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431560>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Nota técnica: esclarecimentos metodológicos da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**.



Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. 2008.

PORTO ALEGRE. Prefeitura de Porto Alegre. Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc.

Cadastro da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre – 2011. Porto Alegre, 2012. 56 p. (Versão pública).

SILVA, Maria L. L. da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 220 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ZERO HORA. **Novo plano da prefeitura não atende às principais queixas da população de rua.** 2015. Disponível em: <<http://m.zh.com.br/286/porto-alegre/4788248/novo-plano-da-prefeitura-nao-atende-as-principais-queixas-da-populacao-de-rua>>. Acesso em: 14 dez. 2015